

Práticas e História: Dos arquivos para a sala de aula¹

Natália Coelho Gonçalves², Jessica Suzano Luzes³ e Margareth de Almeida Gonçalves(orientadora)⁴

Resumo

Busca-se apresentar o programa de educação tutorial (PET-HISTÓRIA) e a sua proposta de construção de materiais didáticos a partir de estudos sobre os registros eclesiásticos da Baixada Iguaçuana. Mostraremos a importância dessa documentação para a compreensão da sociedade escravista da região.

Palavras-Chaves: registros paroquiais, materiais didáticos e escravidão.

Abstract

The aim of this communication is to focus on the program of tutorial education (PET-HISTÓRIA) and its proposal of construction of didactic materials from studies on the ecclesiastical registers in the Baixada Iguaçuana in 19th century. We will discuss the importance of this documentation for the understanding of slavery society in the region

Keyword: Parochial Registers, Material Didactic and Slavery.

Introdução

Esta comunicação é a apresentação de uma das propostas do nosso Programa de Educação Tutorial, intitulado *Práticas e História: Dos arquivos para a sala de aula*, no qual visamos a construção de materiais didáticos a partir do levantamento e da análise crítica das fontes documentais, tendo como ênfase os registros eclesiásticos de batismo, casamento e óbito, focando primordialmente a região correspondente à antiga Vila de Itaguaí.

¹Projeto financiado pelo Programa de Educação Tutorial. Este é um projeto do governo federal (PET-2007 - MEC/SESu/DEPEM), destinados aos cursos de graduação de todo o Brasil. O objetivo principal deste é a melhoria da formação acadêmica através do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com alunos orientados por um tutor. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) o pet em história está sendo desenvolvido desde setembro de 2007, sob a orientação da professora doutora Margareth de Almeida Gonçalves.

²Aluna de graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista do programa de educação tutorial (PET).

³Aluna de graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista do programa de educação tutorial (PET).

⁴Atualmente é professora adjunta IV do curso de história ICHS/DLCS/UFRRJ e coordenadora do programa de pós-graduação em história do ICHS/DLCS/UFRRJ.

Destacaremos a importância das presentes fontes para a compreensão da sociedade escravista do século XIX, uma vez que os registros paroquiais demonstram maneiras de identificar as pessoas ali mencionadas, e revelam também características dos atores sociais de então, portanto nossos estudos não se restringirão apenas à análise quantitativa das mesmas.

Nesse sentido, buscamos construir materiais a partir dos nossos estudos sobre a Vila de Itaguaí, em especial as relações entre senhores e escravos e questões relativas às identidades tanto da população livre quanto escrava, possibilitando uma maior compreensão do nosso passado escravista. É importante ressaltar que a produção de nossos materiais didáticos não se reduz ao meio acadêmico, pois nos propomos a difundir nosso conhecimento pelas escolas do entorno da UFRRJ.

O espaço geográfico e a análise das fontes

Existem poucos estudos sobre a região de Itaguaí, apesar de esta ter possuído uma significativa população escrava. Dados mostram que, em 1850, havia na Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí 4.171 escravos, o que correspondia a 49,3% da população total, sendo a população livre de 4.291 indivíduos (50,7%)⁵.

A região de Itaguaí tem seu início em terras que pertenciam anteriormente à Fazenda de Santa Cruz, onde se estabeleceram aldeamentos por padres jesuítas no século XVIII, por volta de 1718. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, esta vasta área foi integrada ao patrimônio da Coroa.

Itaguaí foi elevada à categoria de Vila em 1818, passando a compreender uma superfície total de 428,90 Km², ficando dividida em três freguesias: São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lajes, Nossa Senhora da Conceição do Bananal e a Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí. Ela se localizava em uma zona de passagem entre o interior montanhoso produtor de café e a corte, servindo, portanto, de um importante entreposto comercial. Porém a atividade de maior peso a economia da Vila, era a agrícola.⁶

⁵SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. "A freguesia". In: *Linhas invisíveis. Escravidão e relações de compadrio Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855)*. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.. 25.

⁶Cf. SILVA, 2005. pp. 20.

É importante destacar, que essas fontes foram produzidas pela Igreja e seguiam normas previamente estipuladas desde 1720, através das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*⁷. Um modelo que podemos utilizar como exemplo, é o registro de batismo de escravos. Este deveria conter informações como: data e local do batismo, o nome do batizando, dos seus pais, o nome dos padrinhos, seu estado matrimonial, o nome dos proprietários dos padrinhos, caso estes fossem escravos, a paróquia a que pertenciam pais e padrinhos dos batizados, entre outros.⁸ Porém as informações contidas nos livros de batismo geralmente extrapolavam as estipuladas pela Igreja. Muitos registros de batismo mencionam se os batizados são inocentes ou adultos, como também fazem referências a sua cor, legitimidade e sexo. Quanto aos pais e padrinhos, há referência a cor, condição jurídica, naturalidade, entre outros qualificadores. Dessa forma, a feitura dos assentos passava também pelo poder da escrita dos padres, que eram verdadeiros filtros de informações.

Assim, não podemos esquecer que essas fontes reproduzem as “impressões” correspondentes à parcela branca da sociedade, e não o relato direto dos escravos. Porém, uma vez analisadas de forma crítica, e sempre que possível cruzada com outras fontes, elas nos possibilitam conhecer algumas das dimensões da vida dos escravos, assim como suas construções de vínculos sociais e afetivos.

Materiais didáticos

No programa de educação tutorial buscamos elaborar materiais didáticos que tem como objetivo focar a diversidade do processo de construção de identidade que se desenrola na relação entre o sujeito e o social, mediado pelas representações. Assim, problematizamos a complexidade da sociedade do século XIX, rompendo com alguns estereótipos, até então vigentes em muitos livros didáticos, como por exemplo, a idéia do escravo apenas como vítima, desprovido de subjetividade.

O trabalho desenvolvido por Lana Mara de Castro Siman (2005) exemplifica bem a nossa questão. Lara Siman realizou uma pesquisa objetivando entender como os alunos

⁷ VIDE, Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Comp. De Jesus, 1720.

⁸ GUEDES, Roberto. “Notas sobre Fontes Paroquiais de Batismo”. In: *Cadernos de Estudos e Pesquisa-História*. São Gonçalo/ RJ: Universo, 2004. Ano VIII, n 19. PP.97.

representavam os negros. Para tal criou um tema “O negro e a escravidão no Brasil”, e pediu aos alunos que desenhassem algo sobre esta temática. A maioria destes desenhou os negros em trabalhos manuais, com muito sofrimento e violência física.

Neste momento, Siman tentou reconstruir com os alunos a imagem naturalizada de escravo coisa, apresentando a diversidade das experiências humanas, conforme se constata neste fragmento

“Nossa intenção foi a de fazer com que as crianças percebessem que o negro não se limitou à condição de escravo e de escravo desprovido de sua condição de sujeito e, portanto, de elaborador de estratégias que lhes proporcionaram um cotidiano mais plural e diverso, no mundo social e do trabalho.” (SIMAN, 2005, pp. 354).

A representação dos alunos pode estar ligada também às interpretações sobre escravidão das décadas de 1960/70. Até a década de 70, a historiografia brasileira⁹ tendeu a considerar o escravo como coisa-mercadoria, uma vez que privilegiava apenas o aspecto econômico do sistema. Dava-se assim, uma maior importância apenas à natureza das economias escravocratas, ao papel do patriarcado nesse regime.¹⁰

A formação de famílias escravas estava praticamente ausente nesses estudos, uma vez que os escravos eram vistos como incapazes de constituírem relações sociais estáveis. Dessa forma, o cativo era considerado um ambiente onde reinava a promiscuidade sexual, apontada por alguns como consequência da inferioridade da raça, e por outros, como culpa do próprio regime escravista.¹¹

Porém, os novos estudos vêm modificando esta imagem, mostrando os escravos enquanto sujeitos, e enfocando as experiências, o cotidiano, as estratégias elaboradas por estes na sociedade escravocrata.¹²

9 Cf., entre outros, NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do sistema colonial*, GORENDER, Jacob. O escravismo Colonial e CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*.

¹⁰ Nesse sentido temos *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, como o grande marco dessa corrente; embora seja inegável sua importância para inovação da interpretação histórica do Brasil.

¹¹ SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. “*Linhas Invisíveis: escravidão e relações de compadrio na Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855)*.” Monografia de Final de Curso. Seropédica: UFRRJ, 2005. pp.7.

¹² Podemos citar, entre outros: SCHWARTZ, Stuart, *Escravos Roceiros e rebeldes*; FLORENTINO, Manolo & GÓES, J.Roberto. *A Paz nas Senzalas*; SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor e* REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*.

Diante desta nova abordagem histórica, os registros paroquiais são de suma relevância, uma vez que marcam a existência e a trajetória dos indivíduos na sociedade, tanto de livres quanto escravos, revelando uma distinção no tratamento dado estes. Como exemplo, temos a categoria cor que no século XIX mais do que representar a cor da pele se referia ao lugar social do sujeito, conforme aponta a historiadora Hebes Mattos

“Na verdade todo o período colonial, e mesmo até bem avançado do século XIX, os termos ‘negros’ e ‘preto’ foram usados exclusivamente para designar escravos e forros. Em muitas áreas e períodos, ‘preto’ foi sinônimo de africano, e os índios escravizados eram chamados de ‘negros da terra’. ‘Pardo’ foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente, sinalizando para a ascendência européia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de um a crescente população para qual não era mais cabível a classificação de ‘preto’ ou de ‘crioulo’, na medida em que estes tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo. A emergência de uma população livre de ascendência africana – não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo – consolidou a categoria ‘pardo livre’ como condição lingüística para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis eu implicavam. (MATTOS *apud* Cf. GUEDES, 2004: 101)”

Em nossa proposta para a construção de materiais didáticos enfatizaremos as diversas categorias próprios do século XIX, tais como inocente, adulto, legítimo, natural, escrava, livre, pardo, crioulo, preto, nação. De modo a exemplificar a nossa análise, destacamos um registro de batismo de uma escrava:

“Aos quatro do mes de Abril de mil oitocentos e cincoenta e dois n’esta Freguesia de S. Francisco Xavier de Itaguahy, baptisei solennemente, e púz os Santos Olhos, a innocente Joaquina, cristã, nascida aos desoito de março deste anno, filha natural de Francisca, escrava de Dionísia Maria da Conceição, serão padrinhos, Quintino Xavier, Liberto, e Francisca, escrava de João Cordeiro, e para constar fiz esse assento.

Francisco de Santa Emilia Coelho
Pro = Parocho”

(Fonte: Livro de batismo de escravos\batismo de escravos – Itaguaí -
livro 2- 1842-1880. pp. 146 frente.

Neste fragmento está presente a categoria *innocente* que se refere a indivíduos menores de sete anos, acima destes eram considerados *adultos*. No estudo do historiador Roberto Guedes vemos uma diferença importante entre os registros de batismos de escravos e de livres. Segundo o autor, é rara a presença de adultos batizados em registros de livres ao contrário do que ocorre nos registros de batismo de escravos. (GUEDES, 2004:100)

Outra categoria que podemos destacar no registro é a de *natural*, que significa filho nascido de união não reconhecida pela igreja, que se contrapõe a categoria de *legítimo* que caracteriza o batizando oriundo de uniões matrimoniais reconhecidas pela igreja.

Considerações Finais

Nesta comunicação buscamos apresentar a proposta, ainda em sua fase inicial, da construção de materiais didáticos a partir da análise dos registros eclesiásticos da região da Baixada Iguazuana. Tais fontes são de significativa importância, pois nos possibilitam conhecer um pouco sobre a escravidão nesta localidade, e principalmente, como os escravos buscaram escapar das restrições da lógica escravista. Focamos aqui como o uso dos qualificadores nos permitem constatar as distinções sociais presentes no século XIX, e como as identidades sociais da época não se restringiam a dicotomia livre e escravo, assumindo uma maior complexidade.

Referências Bibliográficas

1. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962.
2. FLORENTINO, Manolo & GÓES, J.Roberto. *A Paz nas Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
3. GUEDES, Roberto. “Notas sobre Fontes Paroquiais de Batismo”. In: *Cadernos de Estudo e Pesquisas-História*. São Gonçalo /RJ: Universo, 2004. Ano VIII, n 19. pp. 97-123.
4. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1985.
5. NOVAIS, Fernando. *A estrutura e dinâmica do sistema colonial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
6. REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
7. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- . ----- ---. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

8. SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. “Linhas Invisíveis: escravidão e relações de compadrio na Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855).” Trabalho de conclusão de curso (monografia). Seropédica: UFRRJ, 2005.
9. SIMAN, L. M. C. . Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da História. Cadernos CEDES, São Paulo, v. 25, n. 67, p. 348-364, 2005.
10. SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.